



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
DIRETORIA DAS COMISSÕES TÉCNICAS
2ª COMISSÃO – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

REDAÇÃO DO VENCIDO AO PROJETO DE LEI Nº 81/2019

Autor: Poder Executivo.

ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.544, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS, CABOS E SUBTENENTES DA ATIVA DA POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O ACESSO NA HIERARQUIA MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º Os dispositivos adiante indicados, da Lei Estadual nº 6.544, de 21 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

I – as alíneas *a* e *e* do inciso I, e as alíneas *a* e *d* do inciso II, do art. 7º:

“Art. 7º Para ingresso no quadro de acesso é necessário que o militar satisfaça os seguintes requisitos essenciais:

I – promoção a Cabo:

a) ser soldado por tempo igual ou superior a 5 (cinco) anos, contados da data de conclusão do Curso de Formação de Praça ou equivalente;

(...)

e) realizar teste de aptidão física;

(...)” (NR)

II – promoção a 3º Sargento:

a) ser Cabo por tempo igual ou superior há 3 (três) anos;

(...)

d) realizar teste de aptidão física;

(...)” (NR)

II – o *caput*, os incisos I, II, III e IV, e os §§ 1º e 2º do art. 24:

“Art. 24. Ficam autorizadas as migrações de militares estaduais do quadro de acesso combatentes para qualquer outro quadro de praças



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
DIRETORIA DAS COMISSÕES TÉCNICAS
2ª COMISSÃO – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

existente ou que vier a existir na sua Corporação, na graduação inicial prevista nesses quadros, obedecendo ao seguinte:

I – interesse da Corporação;

II – prévia formalização do interesse do militar estadual, mediante requerimento, em mudar do quadro de praças combatentes para qualquer outro quadro de praças existente ou que vier a existir na sua Corporação, considerada a existência de vacância na graduação indicada no *caput* deste artigo e sua correlação com a graduação em que o militar estadual se encontre no quadro de praças combatentes;

III – registro no respectivo conselho, quando for o caso; e

IV – aprovação em exame técnico-profissional, de caráter classificatório e eliminatório, compatível com a atividade a ser exercida no novo quadro;

§ 1º A mudança de quadro de que trata este artigo será feita em caráter irretratável, passando a situação funcional dos militares estaduais que migrarem de quadro a ser regida, exclusivamente, pelas normas legais e regulamentares inerentes ao novo Quadro.

§ 2º Conclusa a mudança de quadro de que trata este artigo, fica vedado aos militares estaduais que migrarem de quadro:

I – retornar ao quadro de praças combatentes; ou

II – mudar para qualquer outro quadro de praças existente ou que vier a existir na sua Corporação”. (NR)

Art. 2º Ficam acrescidos ao art. 24, da Lei Estadual nº 6.544, de 2004, os incisos V a IX e o § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 24. Ficam autorizadas as migrações de militares estaduais do quadro de praças combatentes para qualquer outro quadro de praças existente ou que vier a existir na sua Corporação, na graduação inicial prevista nesses quadros, obedecendo ao seguinte:

(...)

V – aprovação em exame de suficiência técnica, de caráter eliminatório, compatível com a atividade a ser exercida no novo quadro, quando for o caso;

VI – aprovação em exames de saúde e de aptidão física, de caráter eliminatório;

VII – classificação dentro do número de vagas previstas em edital do certame;



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
DIRETORIA DAS COMISSÕES TÉCNICAS
2ª COMISSÃO – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

VIII – antiguidade estabelecida de acordo com o mérito auferido no exame técnico-profissional, dentre os interessados aprovados nas demais fases do processo seletivo; e

IX – posicionamento no novo quadro em ordem sucessiva e imediata àquela ocupada por militar estadual, de graduação correspondente, já integrante do quadro em que o interessado pretender ingressar.

(...)

§ 3º Portaria do Comandante Geral, em cada Corporação, instituirá Comissões para planejar, coordenar e executar os processos seletivos necessários às mudanças de quadro de que trata este artigo, avaliar o cumprimento dos requisitos estabelecidos para a referida mudança e publicar o resultado final de cada certame.” (AC)

Art. 3º Fica incluído o art. 24-A, à Lei Estadual nº 6.544, de 2004, com a seguinte redação:

“Art. 24-A. Ficam autorizadas as migrações, em caráter excepcional, respeitado o prazo decadencial de até 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei, de militares estaduais do quadro de praças combatentes para qualquer outro quadro de praças existente ou que vier a existir na sua Corporação, em graduação não superior a 2º Sargento desses quadros, obedecendo ao seguinte:

I – interesse da Corporação;

II – prévia formalização do interesse do militar estadual, mediante requerimento, em mudar do quadro de praças combatentes para qualquer outro quadro de praças existente ou que vier a existir na sua Corporação, considerada a existência de vacância nesses quadros em graduação correspondente àquela em que o policial militar se encontre no quadro de praças combatentes; e

III – instrução processual, de responsabilidade do militar estadual interessado, apta a comprovar o preenchimento das condicionantes de tempo e de local de exercício das atividades funcionais há pelo menos 2 (dois) anos consecutivos ou há 3 (três) anos alternados, contados no lustro antecedente a data de publicação desta Lei, nos seguintes órgãos:

a) Diretoria de Saúde da respectiva Corporação ou órgão equivalente, para ingresso no quadro de praças de saúde; ou

b) Centro Musical, Banda de Música ou órgãos equivalentes previstos no Quadro Organizacional da respectiva Corporação, para ingresso no quadro de praças músicos.

Parágrafo único. Aplica-se à mudança de quadro de que trata este artigo o disposto nos incisos III a IX do *caput* e §§ 1º, 2º e 3º, todos do art. 24 da Lei Estadual nº 6.544, de 2004, com a seguinte redação:



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
DIRETORIA DAS COMISSÕES TÉCNICAS
2ª COMISSÃO – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação e produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2019.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL,
em Maceió, ~~10~~ de outubro de 2019.

PRESIDENTE

RELATOR